

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SAIMON BARBEIRO BORBA

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO
DA LITERATURA**

VOLTA REDONDA

2018

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO
DA LITERATURA**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário de Volta Redonda como requisito à obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Autor: Saimon Barbeiro Borba

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Paraiso Alves

VOLTA REDONDA

2018

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Aluno: Saimon Barbeiro Borba

Título: Gênero e Sexualidade na Educação Básica: uma revisão da literatura

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Paraiso Alves

Banca Avaliadora:

Prof. Dr. Marcelo Paraiso Alves

Prof. Me. Cassio Martins

Prof. Dr. Júlio Cesar Soares Aragão

Dedico este artigo a Deus, em primeiro lugar, pela oportunidade concedida e, aos meus pais, Paulo César e Noemia a quem devo todo meu amor, gratidão e admiração.

Agradeço ao meu Orientador, Prof. Dr. Marcelo Paraiso Alves por tudo até aqui; à Banca Avaliadora; à FOA pela oportunidade de cursar minha faculdade; a Wilson Manso pelo companheirismo; à amiga e Prof.^a Dra. Maria Cristina Tommaso pela confiança; às Professoras e amigas, Bruna Casiraghi e Mônica Norris pelo carinho; aos familiares, em especial, minhas tias Vera Lúcia e Helena; aos amigos e a todos os que, de alguma forma, participaram desta conquista.

RESUMO

Já se perguntou o quanto tem sido relevante o debate sobre a temática de Gênero e Sexualidade na sociedade atual? Tal questão tem se tornado importante, quiçá, vital na área da Educação. Em decorrência do estágio obrigatório realizado em uma escola pública no interior do Estado do Rio de Janeiro, veio à tona um episódio que, me fez repensar o quanto os(as) estudantes da Educação Básica, docentes e futuros docentes em formação, precisam estar atentos para lidar com inúmeras questões e conflitos emergentes das experiências cotidianas nas escolas: no nosso caso a temática de Gênero e Sexualidade. Diante deste cenário, o objetivo deste artigo é investigar como a temática de Gênero e Sexualidade está sendo desenvolvida na Educação Básica. Na intenção de atingir o objetivo proposto, optamos pela revisão bibliográfica, tendo privilegiado artigos extraídos das bases de dados da SciELO e LILACS nos últimos quatro anos (2014 a 2018). O presente estudo, se justifica pela necessidade de evidenciar a diversidade de discussões, sobretudo, tornando necessário o destaque da temática, pois esta, tem se configurado a partir de processos históricos, sociais, econômicos e culturais, construindo formas identitárias que hierarquizam e classificam pessoas, o que não deve ser papel da escola na Educação Básica. Conclui-se então, que há um *déficit* quantitativo de publicações norteadoras e materiais capazes de enriquecer o conhecimento, possibilitar novas práticas e viabilizar novos horizontes, tanto dos(as) estudantes, como dos(as) educadores.

Palavras-chave: Gênero; sexualidade; educação básica.

ABSTRACT

Have you ever asked yourself how relevant the debate about Gender and Sexuality is in present-day society? Such issue has become important, perhaps vital in Education area. As result of mandatory internship performed at a public school at southern Rio de Janeiro State an event came to light and made me think about the students of Basic Education, teachers and teachers-to-be need to be alert to deal with many issues and emerging conflicts from school daily experiences: in this case Gender and Sexuality thematic. Given this scenario, the objective of this article is to investigate how the theme of Gender and Sexuality is being developed in Basic Education. In order to reach the proposed objective, we opted for the bibliographic review, having privileged articles extracted from the databases of SciELO and LILACS in the last four years (2014 to 2018). This study is justifiable for its need to be discussed and highlighted overall due to its conformation from historical, social, economic and cultural processes, building identity forms which create people hierarchy and classification what is not the Basic Education role. It is concluded, therefore, that there is a quantitative deficit of guiding publications and materials capable of enriching knowledge, enabling new practices and enabling new horizons for both students and educators.

Keywords: Genre; sexuality; basic education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. ANATOMIA POLÍTICA, NORMATIZAÇÃO E SUAS REPERCUSSÕES NA SEXUALIDADE.....	9
3. MÉTODO.....	13
4. RESULTADOS.....	14
5. DISCUSSÃO.....	16
5.1 Materiais didáticos e práticas pedagógicas.....	16
5.2 Docentes e as discussões de Gênero e Sexualidade.....	18
6. ESTUDANTES E A TEMÁTICA DE GÊNERO E SEXUALIDADE.....	22
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
8. REFERÊNCIAS.....	24

1. INTRODUÇÃO

Já se perguntou o quanto tem sido relevante o debate sobre a temática de Gênero e Sexualidade na sociedade atual? Tal questão tem se tornado importante, quiçá, vital na área da Educação.

Em decorrência do estágio obrigatório realizado em uma escola pública no interior do Estado do Rio de Janeiro, veio à tona um episódio que, me fez repensar o quanto os(as) estudantes da Educação Básica, docentes e futuros docentes em formação, precisam estar atentos para lidar com inúmeras questões e conflitos emergentes das experiências cotidianas nas escolas: no nosso caso a questão de Gênero e Sexualidade.

O referido episódio se deu em um jogo de Handebol, onde o professor regente, mediante a uma prática singular e pessoal, metodológica ou por ser historicamente construída (sexismo), separou a turma em grupos de meninos e meninas. Assim, foi realizada uma subdivisão de dois grupos para o início do jogo e o docente me encaminhou a tarefa de permanecer com o grupo feminino.

O coletivo de meninas se constituiu com dozes estudantes, sendo uma das minhas atribuições entregar os coletes subdividindo este grupo em duas equipes. Dessa forma, optei por intercalar a entrega dos coletes definindo as equipes, visto que, estavam em um fila horizontal ao fundo da quadra.

Sucedeu-se então o meu estranhamento, pois na fila, havia ao meu ver um menino que rapidamente estendeu sua mão para pegar o colete e, a princípio, me neguei a entregar, pedindo assim ao estudante que se dirigisse ao outro lado da quadra onde estavam o grupo dos meninos. Dispondo de um destemido sorriso, o então aluno, permaneceu e insistiu em participar do jogo, mesmo com a minha recusa.

O jogo se iniciou e, ainda sem compreender de fato o que estava ocorrendo, reparei que as alunas se referiam ao então menino, com um nome feminino. Pávido, percebi que o menino era de fato uma menina e, sem reação direcionei-me ao professor regente explicando o ocorrido.

Descobri que, naquele momento, minha incapacidade de discernimento, ultrapassou todo o meu conhecimento e experiências adquiridas em quase três anos de formação. Uma aluna com uma inquestionável aparência, voz e postura completamente masculina, traz à tona o

quanto a abordagem da temática deve receber uma atenção especial, visto que, nos dias atuais, episódios como estes tem se tornado comuns no cotidiano escolar.

Outro fato inusitado, foi que ao término do jogo, a estudante agradeceu-me pelo fato de tê-la confundido com alguém do sexo masculino, este no qual ela se denomina, se identifica e se percebe como ser humano que se constrói a partir de sua experiência no mundo.

Diante da complexidade revelada por este episódio, o objetivo deste artigo é investigar como a temática de Gênero e Sexualidade está sendo desenvolvida na Educação Básica, através de uma revisão bibliográfica temporal, com artigos extraídos das bases de dados da SciELO e LILACS nos últimos quatro anos (2014 a 2018).

O presente estudo, se justifica pela necessidade de evidenciar a diversidade de discussões, sobretudo, tornando necessário o destaque da temática, pois esta, tem se configurado a partir de processos históricos, sociais, econômicos e culturais, construindo formas identitárias que hierarquizam e classificam pessoas, o que não deve ser papel da escola na Educação Básica.

Apresentaremos nos capítulos a seguir, o conceito de Gênero e Sexualidade, embasados por autores como Foucault e Louro, a discussão diante dos artigos revisados neste estudo e o diálogo dividido em temáticas, com estes autores que, abordam Gênero e Sexualidade sob diferentes perspectivas no cenário da Educação Básica.

2. ANATOMIA POLÍTICA, NORMATIZAÇÃO E SUAS REPERCUSSÕES NA SEXUALIDADE

Ainda que em tempos atuais, o termo gênero permaneça, em muitos casos, proporcionando uma compreensão reducionista e equivocada, em detrimento do descolamento do termo sexualidade, torna-se fundamental perceber que a referida temática está enredada a ideologias, causas, imposições e determinações históricas, o que em muitos casos influencia os equívocos e a formulações de preconceitos.

Antes do aprofundamento na discussão das questões de Gênero e Sexualidade, optamos por compreender os aspectos que influenciam a elaboração de padrões que determinam e hierarquizam comportamento e pessoas.

Nesta trajetória, a heteronormatividade emerge padronizando os corpos, pois utiliza o negativo e a injúria para se remeter aos que fogem ao modelo heterossexual: “[...] um modo de fixar uma fronteira e também de inculcar repetidamente uma norma” (BUTLER, 1998).

O gênero e a sexualidade como funcionamento do (hetero)normativo se apropriam de uma linguagem cultural e regulada que, produz o que chamamos de operação de poder. As relações de poder em uma sociedade objetivam estabelecer e produzir “verdades” que servem, exclusivamente, para determinar a dominação dos sujeitos por intermédio de práticas políticas.

Nesta concepção, emerge a anatomia política, um instrumento que Foucault (2014) define como “instrumento de poder sobre o corpo.”

Nasce o domínio sobre o outro, a capacidade de obrigar a se fazer o que quer e, não só isso, fazer como se quer e com total rapidez e eficácia. Os corpos são moldados e domados dentro de um padrão estabelecido, com disciplina para se executar o que é preciso, disciplina esta que acaba por fabricar corpos submissos, dóceis, dentro do contexto pré-estabelecido que se julga correto, subordinados ao poder (norma).

A norma passa então a ter uma função administrativa, como forma de controle, produzindo o normalizado, resultado de algo negativo, do malefício.

A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço - essa não é, acho eu, senão uma primeira interpretação, e insuficiente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. (FOUCAULT, 2016, p. 302)

Foucault aponta que tanto em nível disciplinar quanto ao nível de conhecimento da população, a norma não se confunde ao poder em si. Dominar a norma é dominar o saber.

A norma designa uma regra de juízo, uma maneira de produzir a regra de juízo. É uma maneira de ordenar multiplicidades, de as articular, de as relacionar consigo mesmas segundo um princípio de pura referência a si. A norma produz objetividade. É um princípio de comunicação, uma maneira, particular, de resolver o problema da intersubjetividade. A norma equaliza; torna cada indivíduo comparável a cada outro; fornece a medida. Sob a craveira somos todos os mesmos, senão intermutáveis, pelo menos semelhantes, nunca suficientemente diferentes para podermos pretender não ser do mesmo gênero. Se dar normas é classificar, é em primeiro lugar porque a norma estabelece classes de equivalência. Mas a norma des-equaliza do mesmo modo. É, aliás, a única objetividade que nos dá: a norma convida cada indivíduo a reconhecer-

se diferente dos outros; encerra-o no seu caso, na sua individualidade, na sua irreduzível particularidade. Precisamente, o normativo afirma tanto mais a igualdade de cada um perante todos quanto infinitiza as diferenças. (FOUCAULT, 2016, p. 108–109)

Os dias atuais sofrem a influência da normalização, do ato normativo. Como Foucault afirma acima, ela mais iguala do que diferencia os sujeitos. A qualidade dos corpos, dos produtos, do social e de tudo que nos cerca aumenta de forma assustadora gerando a padronização normativa que definimos. A descoberta então, do corpo, como objeto e alvo do poder pode ser atrelada aos dias atuais na Educação Básica.

Foucault (2014, p. 117) ainda considera que: “Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam”.

A partir desta afirmação, imagina-se como causa e bloqueio da inclusão da temática de Gênero e Sexualidade na Educação Básica, a relação de poder atrelada à heteronormatividade, que aponta os corpos com a obrigatoriedade de um molde que não se encaixa em uma forma diferente. Iremos compreender este diferente por meio da discussão trazida por Braga (2011), que problematiza os discursos escolares sobre a sexualidade e como tais discursos repercutem nos processos identitários e de subjetivação.

Assim, nos dias atuais, a temática de Gênero e Sexualidade deve ser pensada como inclusão e pauta de discussões diárias nas aulas da Educação Básica, mesmo que ainda exista resistência ou uma difícil aceitação de que os sujeitos diferentes têm seu lugar no meio social.

Analisando a assertiva trazida por Louro (2004, p. 34) de que “a posição de ambiguidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolheram para viver.”, podemos refletir sobre o verbo “escolher” e problematizando-o, refutarmos essa colocação e interpretá-la como o lugar onde elas estão, vivem e não apenas escolhem.

Diante disto, produções científicas, abordagens e a inclusão desta temática na Educação Básica precisam ser disponibilizadas e exploradas com maior frequência, objetivando um possível entendimento, não só no ambiente escolar, como também na e pela sociedade.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a uma realidade subterrânea que se apreende com dificuldades, mas a grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação do discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias do saber e dos

poderes. A compreensão da sexualidade enquanto dispositivo histórico indica que este conceito é também uma construção discursiva, uma vez que se constitui através de enunciados de várias instituições, como exemplo, a família, a religião, a escola, os recursos midiáticos, a política entre outras. (FOUCAULT, 1984, p. 120)

Tal afirmação enfatiza o poder que as instituições de ensino têm sobre a sexualidade e, conseqüentemente, sobre gênero. Portanto, ao se considerar a existência de um poder que pune e dissemina incitações capazes de controlar corpos e suas condutas, considera-se também que a escola e seus(as) docentes, obrigatoriamente, precisem falar sobre Gênero e Sexualidade, assunto que, historicamente, sempre foi tratado na sociedade ocidental com pudor.

Relembrando esse poder punitivo, pode-se utilizar como uma ilustração o confessionário na igreja católica, por exemplo, como um espaço onde tal conversa era permitida e controlada para depois ocasionar punições.

Fraga (2013, p. 55) cita o processo de polidez atrelado à igreja e às escolas: “um processo que vai apertando, extraindo, desgastando, produzindo incisões na superfície corporal em busca de uma pureza escondida”. Este autor relata o ritual praticado pelos(as) adolescentes que sofriam influência da igreja dentro e fora da escola, sem necessariamente, estarem envolvidos diretamente. Tal ritual incluía a confissão de seus “pecados” e, conseqüentemente, as punições que visavam a redenção. Os sujeitos nas escolas passavam por uma recristianização, onde a disciplina, a regulação e o aperfeiçoamento da “boa conduta” os firmava diante da vida. Contudo, como no cenário atual, não são todos os sujeitos que se reconhecem nesta identidade proposta, programada e construída, no molde em si, propriamente dito. Toda esta estruturação, de fato, padronizada e regulatória, influi de forma direta sobre a sexualidade. Todavia, há aqueles que, mesmo diante deste cenário, saem do padrão disciplinador e do que se considera a conduta correta. Estes então, são os(as) “diferentes”.

Neste estudo, os(as) diferentes serão entendidos de forma símil à Teoria *Queer* (LOURO 2001), esta que, identifica o gênero, a orientação sexual e a identidade sexual do sujeito como resultado da sua construção social, buscando ampliar a concepção historicamente constituída e que opera binariamente: homem e mulher.

Nesta linha de pensamento, Louro (2001, p. 2) afirma que a ciência, a justiça, as igrejas, os grupos conservadores e os grupos emergentes irão atribuir a esses sujeitos e a suas práticas, distintos significados. Diante de tantos significados, diferenças e situações, problematiza-se a insuficiência de publicações e conteúdo que norteiem e embasem teoricamente a abordagem da temática de Gênero e Sexualidade na Educação Básica.

Em diversas circunstâncias, a discussão é deixada de lado, quando se trata desta temática, contudo os temas classificados como suficientes, apropriados e adequados, tornam-se pouco abrangentes para o processo de ensino e aprendizagem dos(as) estudantes, não suprimindo, muitas vezes, a enorme demanda de dúvidas, questionamentos e vivências cotidianas (DA SILVA QUIRINO; DA ROCHA, 2013).

No momento em que estas questões - sentimentos, diferenças do corpo, sexualidade, gênero, atitudes, postura, vestimentas, entre outros - são apontadas pelos(as) estudantes, os(as) educadores precisam, no mínimo, disponibilizar-se a entender a importância desta abordagem para o processo de formação dos(as) estudantes.

Assim, conforme mencionado por Da Silva Quirino e Da Rocha (2013), abrir espaço à discussão do assunto no conteúdo das aulas torna-se, para alguns docentes e por diversos motivos, uma atitude desconfortável. Tal reação deve-se a argumentações diversas, principalmente de pais e responsáveis, que classificam tal discussão como invasiva, interferindo, desta forma, na continuidade das aulas e na construção cultural e social dos(as) estudantes. Em vista disso, o processo de formação educacional acaba ficando prejudicado no sentido crítico, reflexivo e no conhecimento que poderia ter sido adquirido.

O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer — sejam atos ou palavras (FOUCAULT, 2014, p.83).

Neste contexto, a negação desta discussão infringe o direito às informações e ao correto conhecimento acerca da temática, todavia, ela acontece, mesmo que fora do conteúdo programático e da sala de aula.

Falar sobre Gênero e Sexualidade é necessário, diferente do que a maioria da sociedade pensa, não se trata de disseminar ideologias para crianças e adolescentes, mas de problematizar o modo como a sociedade patriarcal tem debatido tal temática.

3. MÉTODO

Optamos por uma revisão bibliográfica de corte transversal, finalidade básica e abordagem qualitativa. (FONTELLES, Mauro José et al. 2009).

A referida perspectiva de investigação permite uma visualização holística em relação a estudos sobre um determinado assunto, permitindo identificar, selecionar e avaliar criticamente.

Os autores Lehfeld e Barros (2012) afirmam que: “a competência em pesquisa científica está estritamente relacionada ao grau de experiência que o pesquisador vai adquirindo à medida em que consegue finalizar os seus estudos para refletir sobre suas dificuldades”.

Em um procedimento de revisão, tudo que é feito, observado e investigado, torna-se válido e importante para o que vem posteriormente. Quando se define um problema a ser resolvido, perguntas a serem respondidas e ideias a serem construídas, a revisão de literatura e toda a pesquisa de um modo geral colabora para reafirmar o que se pretende enfatizar no estudo, levando em consideração semelhanças, parcialidade e diferenças entre os artigos e autores analisados.

O processo foi feito de forma eletrônica, sendo esta, uma grande ferramenta para nós pesquisadores, facilitando o acesso e permitindo uma atualização frequente do conhecimento.

Para o levantamento dos artigos, realizou-se a busca, nos últimos quatro anos (2014 – 2018), nas seguintes bases de dados: A Scientific Electronic Library Online – SciELO e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS).

No primeiro momento, na base de dados SciELO, foram encontrados 120 artigos e na base de dados da LILACS 168 artigos publicados, com os seguintes descritores “Gênero”, “Sexualidade” e “Educação”.

No segundo momento, procurando maior especificidade e acrescentando o descritor “Educação Básica”, obtivemos sete artigos na SciELO e três artigos na LILCAS, publicados em português. Como último requisito, para melhor especificidade da discussão, selecionamos aqueles que, incisivamente abordavam a temática não apenas na Educação geral, mas sim, na Educação Básica, principal alvo neste estudo.

4. RESULTADOS

O resultado desta revisão foi constituído por dez artigos científicos, selecionados por critérios previamente estabelecidos e já mencionados, a abordagem na Educação Básica. Quanto aos dados extraídos, estes, foram observados e descritos, possibilitando um maior

entendimento e, com intuito de reunir o conhecimento produzido acerca da temática explorada nesta revisão, por intermédio da perspectiva dos autores.

Assim, optamos por agrupá-los em duas temáticas: (1) Materiais didáticos e práticas pedagógicas e (2) Docentes e as discussões de Gênero e Sexualidade. Cabe frisar que a escolha destas temáticas foi possível diante da análise dos artigos pesquisados. No quadro a seguir, apresentamos as especificações de cada um dos artigos.

Quadro 1. Artigos extraídos das bases de dados SciELO e LILACS

Temáticas	Artigos	Autores	Ano	Revistas	Base de dados
(1) Materiais didáticos e práticas pedagógicas	Materiais Didáticos Escolares e Injustiça Epistêmica: sobre o marco (hetero)normativo.	Rosana Medeiros Oliveira; Débora Diniz.	2014	Educação & Realidade	SciELO
	Gênero, sexualidade e idade: tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da Educação física escolar.	Priscila Gomes Dornelles e Maria Cláudia Dal'Igna.	2015	Educação e Pesquisa	SciELO
	O debate público sobre Gênero e Sexualidade no Plano Nacional de Educação.	Elaine Reis Brandão; Rebecca Faray Ferreira Lopes.	2018	Civitas	SciELO
(2) Docentes e as discussões de Gênero e Sexualidade	O sujeito homossexual como tema de aula: limites e oportunidades didáticas.	Alexandre Bortolini	2015	Cadernos pagu	SciELO
	Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola.	Amanda Nogara Marcon; Luísa Evangelista Vieira Prudêncio; Marivete Gesser.	2016	Psicologia Escolar e Educacional	SciELO
	Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de Gênero e Sexualidade nas escolas.	Rafaela Oliveira Borges; Zulmira Newlands Borges.	2018	Revista Brasileira de Educação	SciELO
	Parâmetros Curriculares Nacionais: Um Estudo sobre Orientação Sexual, Gênero e Escola no Brasil.	Palma et al.	2015	Trends in Psychology / Temas em Psicologia	LILACS
	Identidade de gênero e suas implicações sobre a sexualidade na perspectiva de docentes de Educação Física.	Aline Gomes Machado; Roberto Gondim Pires.	2016	Motrivivência	LILACS
	Gênero, Sexualidade e Diversidade na Escola a partir da Perspectiva de Docentes/as.	Ana Flávia do Amaral Madureira; Ângela Uchoa Branco.	2015	Trends in Psychology / Temas em Psicologia	LILACS
Docência e concepções de sexualidade na Educação Básica.	Marivete Gesser; Leandro Castro Oltramari; Gelson Panisson.	2015	Psicologia e Sociedade	SciELO	

5. DISCUSSÃO

5.1 Materiais didáticos e práticas pedagógicas

Oliveira e Diniz (2014) ao abordarem o referido tema consideram a necessidade de uma transformação nos modos representativos e figurativos acerca da temática de Gênero e Sexualidade, para que assim, ocorra a desconstrução da heteronormatividade. Os autores apontam o déficit relacionado a temática, nos livros, materiais didáticos e filmes disponibilizados para as escolas, reduzindo assim a grade curricular e seu conteúdo, exclusivamente à heterossexualidade.

Nos materiais disponíveis, o horizonte normativo referente a Gênero e Sexualidade é hétero, com composição de famílias tradicionais, cenas, beijos, abraços e histórias voltadas ao padrão normatizador da sociedade.

Analisando a visão dos autores, é perceptível a influência destes materiais didáticos, disponibilizados nas escolas de Educação Básica, na construção identitária dos(as) estudantes.

Partindo deste pressuposto, criar condições para a existência de um reconhecimento da diversidade, combatendo os vários modos de hierarquização e precarização da vida escolar, da discussão do Gênero e Sexualidade de forma coerente, é um desafio que começa a ser superado, inclusive, por meio da reformulação dos materiais disponibilizados.

Crianças e adolescentes que não se enquadram no padrão normativo de Gênero e Sexualidade, estão sujeitos(as) a diversas formas de constrangimento e, consideráveis ameaças, violência e injúrias, sendo assim, a transformação deste quadro atual é necessária e, para isso, devemos romper o marco (hetero)normativo, inclusive na fundamentação das práticas pedagógicas, livros e materiais didáticos distribuídos atualmente para nossos(as) estudantes da Educação Básica.

Percebe-se então que Gênero e Sexualidade, são tratados como fatos corporais e questões exclusivamente pessoais de cada estudante, sendo desnecessário uma discussão abrangente da temática. Na perspectiva de Oliveira e Diniz (2014), há uma enorme necessidade de modificação na forma de aprender e pensar a temática de Gênero e Sexualidade.

Esta necessidade, mencionada acima, requer tempo e dedicação à propostas de inclusão e, procurando entender a abordagem e quanto tempo é dedicado a isso, Dornelles e Dal'igna (2015) assumem o papel de investigadores no próximo artigo analisado.

A abordagem acerca da temática e da produção de corpos nas aulas de Educação Física, onde as autoras se aprofundaram, deve ser completa e não abstrata. Percebe-se então que, a realização de uma abordagem rasa, afirma o quanto a progressão biológica do desenvolvimento como condição para o conhecimento, permite a classificação dos sujeitos.

As autoras, baseando-se no ato de pedagogizar, referido termo para as práticas pedagógicas dentro da escola que precisam de ampliação e pluralização e, aproximando-se da abordagem de Foucault, colocam, de forma muito pertinente, a capacidade e potencialidade da prática pedagógica dentro de sala.

Pensando assim, os(as) estudantes, são como terrenos prontos para o plantio, férteis e, por isso, passivos(as) às mudanças de foco e inserção de discussões, aprendizagem, absorção de conhecimento e neutralização. A norma regulatória nos remete ao natural, ao que é voltado apenas para a heterossexualidade, contudo, havendo a problematização acerca da temática, com intuito de proporcionar produção e novas práticas pedagógicas a respeito do tema, constrói-se oportunidades para futuros avanços. O tempo e os espaços pedagógicos, para as autoras, tornam-se o próprio ato de problematizar, propiciando a viabilidade do saber sobre próprio corpo. Partindo deste pressuposto, Louro (2018) formula indicações estratégicas de análise desse mecanismo de poder (o corpo): “por onde o processo de normalização passa, por onde se infiltra e como se infiltra” (2007, p. 146).

Partindo da ideia de que o tempo dedicado deve ser significativo para gerar resultados significativos, Brandão e Lopes (2018), analisam a escola como espaço relevante para a formação dos(as) estudantes, especificamente em relação aos processos de sociabilidade. Todavia, o que percebemos é a reprodução de um modelo de comportamento construído historicamente, favorecendo assim, o padrão (hetero)normativo. A este respeito Portocarrero (2004, p. 176) afirma que:

Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de técnicas de poder centradas na vida. A principal característica das técnicas de normalização consiste no fato de integrarem no corpo social a criação, a classificação e o controle sistemático das anormalidades.

Refletindo sobre técnicas de poder supramencionadas, interessante é pensar nos materiais didáticos utilizados no cotidiano escolar. Tais documentos trazem consigo informações relevantes, porém nota-se que, em sua maioria, seguem a perspectiva centrada na heterossexualidade (RIOS; SANTOS, 2008). Em relação aos livros didáticos os autores comentam que,

(...) o sistema de avaliação não tem conseguido superar o silêncio persistente acerca das múltiplas expressões da diversidade sexual. Não basta, pois, eliminar preconceitos e estereótipos; é necessário rumar para o reconhecimento da diversidade sexual, dado que essa é uma exigência fundamental para o fortalecimento democrático e para o respeito aos direitos fundamentais no processo educacional. O livro didático representaria a materialização desse compromisso e um instrumento capaz de sinalizar o modo como o Estado deve lidar com a prática da tolerância, **o respeito à diversidade e a cultura dos direitos humanos. (Grifos do autor).**

Pode-se acrescentar ainda a mídia que, por si só, como veículo de informação, ajuda a reproduzir o pensamento equivocado, direcionando a sociedade de modo geral e especificamente estudantes, responsáveis, docentes e equipe diretiva a uma postura tendenciosa, centrada no modelo patriarcal.

Diante disso, podemos considerar que materiais e práticas pedagógicas exerçam influência sobre os(as) estudantes e a maneira como se enxergam, podendo assim, ser considerados mecanismos de poder que regulam e normatizam a maneira como a escola pode, de forma coerente, tratar e discutir a temática, revestindo-se de conhecimento e ideias que propaguem a importância da discussão e de que, nem de longe, é prejudicial.

5.2 Docentes e as discussões de Gênero e Sexualidade

A temática Gênero e Sexualidade entra em pauta sob o olhar dos profissionais que ministram suas aulas na Educação Básica. Bortolini (2015) traz uma reflexão a respeito do sujeito homossexual/gay/lésbica e outras formas identitárias, como possibilidade de trabalhar Gênero e Sexualidade além da visão heteronormativa.

Partindo desse pressuposto, é perceptível a importância do olhar docente a respeito da temática e de novas práticas, considerando o potencial do trabalho realizado em sala de aula.

Mesmo com avanços e retrocessos, praticamente o tempo todo, iniciativas trazem à tona a esperança de um novo horizonte para a Educação, onde o/a professor/a se dispõe a discutir Gênero e Sexualidade em suas aulas.

O autor identificou diversas formas de abordagem onde os(as) docentes extraíram dos(as) estudantes informações e relatos para darem início a discussão. Algumas iniciaram através de relatos de violência, problemas familiares, diferenças de opiniões entre os estudantes e até mesmo pelo viés da religiosidade. Interessante que todos estes descritores foram identificados pelos(as) docentes, a princípio, como negativos. Contudo, o mais importante aconteceu: o espaço para discussão e intervenção profissional.

Mesmo rodeados de críticas, as escolas e profissionais da Educação que se propõem a abordar o tema, reconhecem a importância do trabalho dos(as) educadores(as) frente às questões de Gênero e Sexualidade dentro da escola.

Gênero e sexualidade são construções sociais e culturais, mas, em geral, são tomadas por muitos como categorias “naturais”. Há um padrão social imposto que constrange aqueles que não se conformam com as normas que preconizam a superioridade branca, masculina, heterossexual e monogâmica. Há resistências para abertura do diálogo entre diferentes nos espaços sociais. O determinismo biológico dos corpos é reificado para fazer face às transformações corporais, sexuais e de gênero. (BRANDÃO; LOPES, 2018)

Relacionando políticas públicas e diversidade de Gênero e Sexualidade nas escolas, os autores Marcon, Prudêncio e Gesser (2016) afirmam que a escola acaba apresentando-se como campo de atuação do(a) professor(a) como psicólogo(a), na medida em que este profissional se compromete com a tarefa de construir um processo educacional no qual sejam favorecidos os processos de humanização.

Sendo assim, cabe à escola a interação dos conteúdos e abordagens de forma contextualizada, promovendo conscientização acerca do que estamos vivendo nos dias atuais.

Os autores, por intermédio de uma pesquisa de campo, mostram a relação da produção do conhecimento sobre diversidade, gênero e sexualidade com as políticas públicas do país, avaliando o impacto na educação básica e na atuação destes(as) profissionais, que acabam por acumular funções quando se empenham para proporcionar aos(as) estudantes uma educação de qualidade.

Borges e Borges (2018) discutem então a articulação da temática nas políticas públicas da educação básica brasileira, por intermédio de uma investigação de campo e afirmam que a elaboração de um plano para educação não pode ignorar princípios como o respeito aos direitos humanos, a valorização e a inclusão da diversidade.

Quando se menciona os direitos humanos, volta-se a atenção para a formação dos(as) professores(as) que diretamente serão responsáveis em abrir o espaço para essa discussão nas escolas, desconstruindo preconceitos e padrões que tornam as relações pautadas na intolerância.

Os autores chegam então a conclusão de que há ainda o avanço conservador e religioso sobre a educação do país, instaurando um receio da parte dos(as) professores para o fazer pedagógico sobre abordagem desta temática.

Ainda sobre os documentos oficiais que norteiam a prática docente, Palma et al. (2015), referindo-se às diretrizes e parâmetros curriculares do governo brasileiro, considera que tais documentos foram implantados com o intuito de diminuir as diferenças sociais e culturais. Assim, os autores, ao investigarem como a temática de gênero e sexualidade é apresentada no Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), identificaram uma visão até que positiva da inclusão desta temática nos currículos da educação básica, fato este que pode beneficiar a prática docente daqueles que consideram a discussão pertinente e importante para a formação dos(as) educandos.

Abordando a temática, em especial sob a visão dos(as) docentes da disciplina de Educação Física, Machado e Pires (2016) trazem à tona o direto olhar dos(as) docentes, indagando a forma como estes profissionais percebem e desenvolvem suas atividades pedagógicas para lidar com essa diversidade cada dia mais presente nas aulas.

Vale ressaltar que desde 1996, a Lei nº 9.394/96 determinou que a Educação Física fosse considerada disciplina e componente curricular. Para os autores, deveria ou poderia ser o berço de discussões a respeito de Gênero e Sexualidade, justamente por este componente tratar diretamente do corpo em movimento. No entanto, a realidade mostra-se inversa por ser onde existe mais distanciamento da temática e dos(as) docentes que a lecionam, afirmam Machado e Pires (2016).

Esclarecido que, para uma abordagem consciente desta temática, faz-se necessário o entendimento acerca das definições de Gênero e Sexualidade, os autores são claros ao evidenciar que a utilização do gênero implica e rejeita uma então submissão da “errônea” classificação biológica usada na maioria dos discursos escolares. Os autores consideram que Gênero e Sexualidade não estão ligados apenas ao sexo biológico, porém tal afirmação é pouco disseminada e, por isso, ainda existe rejeição para a inclusão dessa discussão.

Como resultado da pesquisa, Machado e Pires (2016) concluíram que muitos(as) docentes se dividiram ao responder a relação/convivência de sujeitos heterossexuais com os que possuem outras orientações sexuais, visto que se identificam contrariamente ao processo de heteronormatividade disseminado nas escolas. Ressaltam ainda que alguns(as) docentes classificaram as relações como normais, relativamente complicadas e discriminatórias.

Percebemos então, uma divisão de opiniões e, como consequência, posicionamentos antagônicos para lidar com tal situação, trazendo uma reflexão de qual tem sido o papel do(a) professor(a) frente à temática de Gênero e Sexualidade, tanto no quesito da discussão, quanto nas intervenções diante de situações que acontecem no cotidiano escolar.

Ao término do trabalho, os autores confirmam que, apesar da escola ter grande potencial para lidar com a temática e transformar a realidade, é preciso um maior conhecimento acerca da temática.

Outro trabalho que problematiza o modo como os(as) docentes percebem a temática de Gênero e Sexualidade é o estudo de Madureira e Branco (2015). As autoras afirmam que a maioria dos(as) docentes, acreditam que a escola deva abordar a temática no cotidiano escolar. Contudo, há uma grande lacuna entre o que está proposto e o que ocorre de fato nas aulas, pois quando há a inclusão desta temática, ocorre de forma limitada, visto que os(as) docentes ainda consideram a discussão delicada para se trabalhar na Educação Básica.

Destacam também a grande dificuldade dos(as) educadores(as) em refletir sobre estas questões com os(as) estudantes, devido ao conceito de Gênero e Sexualidade parecer estar longe da realidade, o que é um engano. Sendo assim, Madureira e Branco (2015) reputam que, apesar da lacuna na formação dos(as) docentes e na aplicabilidade na Educação Básica, existe o reconhecimento da necessidade de abordar a temática, sendo este reconhecimento um avanço importante para a Educação.

Buscando perceber e investigar as concepções de Gênero e Sexualidade dos(as) docentes que atuam na Educação Básica e a aplicabilidade deste conhecimento nas aulas, o texto de Gesser, Oltramari e Panisson (2015) traz o alerta de que, Gênero e Sexualidade são fenômenos complexos e multifacetados que incorporam processos culturais, históricos, biológicos e políticos, portanto, carecem de estratégias e formas diferentes e adaptáveis para a abordagem da temática em sala de aula, considerando a capacidade e formação dos(as) educadores(as) em discursar sobre o referido tema.

Os autores afirmam e, já concluem em sua investigação, que a maioria dos(as) educadores(as) investigados(as) não tem acesso a materiais e à formação continuada a respeito da temática, propiciando assim, a falta de domínio e a dificuldade de incluírem em suas aulas essa discussão.

Portanto, ficam evidentes alguns aspectos que justificam a dificuldade da discussão do tema no cotidiano escolar: a maioria dos(as) profissionais da Educação, principalmente os(as) que atuam na Educação Básica, afirmam desconhecer ou não ter acesso à formação que os capacite para mediar e problematizar a discussão sobre Gênero e Sexualidade.

6. ESTUDANTES E A TEMÁTICA DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Diante da pesquisa realizada e dos artigos revisados, percebe-se a inexistência de materiais, produções e conhecimento voltados para os educandos, estes que, são pauta direta da necessidade de inclusão e discussão da temática de Gênero e Sexualidade na Educação Básica.

Embora existam poucos conteúdos e materiais direcionados a Educação Básica referentes a temática, estes devem abordar os(as) estudantes(as) como tema, suas percepções, suas expectativas e o que se passa no universo estudantil acerca desta temática, dentro das escolas.

A necessidade de conteúdos norteadores voltados à classe estudantil, certamente, precisa ser priorizada. É entre os(as) alunos(as) que ocorrem todas as situações, sejam elas, preconceito, discussão, discriminação, dúvidas e, não há como trabalhar estes aspectos apenas com informações disponibilizadas para materiais, práticas pedagógicas, docentes e sua formação continuada, sem o direcionamento que englobam os principais sujeitos da discussão: os(as) estudantes.

Muitas são as mudanças necessárias, para isso, é necessário o envolvimento de todos que compõem a comunidade escolar, priorizando métodos, materiais, práticas, discussões acerca da temática que envolvam diretamente o universo desses(as) estudantes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, no qual apresentou-se recortes de artigos analisados, foi proposta uma reflexão sobre o respeito e a importância da inserção e discussão da temática de Gênero e Sexualidade na Educação Básica.

Frente à busca por trabalhos publicados sobre a temática, percebeu-se um *déficit* quantitativo de publicações norteadoras e materiais capazes de enriquecer o conhecimento, possibilitar novas práticas e viabilizar novos horizontes, tanto dos(as) estudantes, como dos(as) educadores da Educação Básica.

Reverter a interpretação da sociedade em relação à temática, tem sido e continuará sendo um árduo trabalho. Todavia, através do conhecimento de materiais apropriados e da conscientização de que Gênero e Sexualidade não devem ser atrelados a ideologias, corrupção de costumes ou quaisquer pontos negativos para a sociedade, pode-se almejar um futuro onde a Educação será vista e defendida como maior bem a ser conquistado por um cidadão, independente de questões sexuais.

Considera-se que orientar os(as) estudantes e capacitar os(as) educadores(as) seja o ponto de partida para avançar, garantir e destacar o quanto a discussão, as práticas pedagógicas, os materiais didáticos e as políticas públicas podem contribuir sem interpretações negativas.

A discussão da temática de Gênero e Sexualidade, de forma coerente e esclarecedora representa um importante avanço para o futuro dos(as) estudantes, pois, acredita-se que trará capacidade para orientar e transformar a forma de ensinar e abordar, não só a temática em questão, mas demais temas na direção de uma Educação de qualidade.

Por fim, reitera-se o quão valioso é o papel da Educação e dos(as) educadores(as) para o país, pois proporcionam reflexões capazes de aperfeiçoar a construção social, cultural e identitária de forma correta e coerente, sem distorção ou malefícios para a sociedade.

8. REFERÊNCIAS

- BORGES, RAFAELA OLIVEIRA; BORGES, ZULMIRA NEWLANDS. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.
- BORTOLINI, Alexandre. O sujeito homossexual como tema de aula: limites e oportunidades didáticas. **cadernos pagu**, n. 45, p. 479-501, 2015.
- BRAGA, DDS; NA FRONTEIRA-CORPOS, Vidas. A experiência transexual: estigma, estereótipo e desqualificação social no intramuros da escola. **34ª reunião ANPED**, 2011.
- BRANDÃO, Elaine Reis; LOPES, Rebecca Faray Ferreira. “Não é competência do professor ser sexólogo”: o debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 100-123, 2018.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm> Acesso em 11 de setembro de 2018.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **cadernos pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.
- DA SILVA QUIRINO, Glauberto; DA ROCHA, João Batista Teixeira. Prática docente em educação sexual em uma escola pública de Juazeiro do Norte, CE, Brasil. **Ciência & Educação**, v. 19, n. 3, p. 677-694, 2013.
- DO AMARAL MADUREIRA, Ana Flávia; UCHOA BRANCO, Ângela. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, 2015.
- DORNELLES, Priscila Gomes; DAL’IGNA, Maria Cláudia. Gênero, sexualidade e idade: tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. spe, p. 1585-1599, 2015.
- FONTELLES, Mauro José et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Edição: 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.
- _____. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Edição: 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014a.
- _____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

- FRAGA, Alex Branco. **Corpo, identidade e bom-mocismo: cotidiano de uma adolescência bem-comportada**. Autêntica, 2013.
- GESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro Castro; PANISSON, Gelson. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, 2015.
- LEHFELD, N. A. DE S.; BARROS, A. DE J. P. DE. **Projeto de Pesquisa. Propostas Metodológicas**. Edição: 22^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho - Nova Edição**. Edição: 3^a ed. [s.l.] Autêntica Business, 2018.
- _____. **Um Corpo Estranho: Ensaios sobre Sexualidade e Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica. 2004.
- _____. Teoria queer-uma política pós-identitária para a educação. **Estudos feministas**, v. 9, n. 2, p. 541, 2001.
- _____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Autêntica, 2018.
- _____. **O “estranhamento” queer**. In: SWAIN, Tania N.; STEVENS, Cristina M. T. (Orgs.). A construção dos corpos: perspectivas feministas. Florianópolis: Mulheres, 2007. p. 141-148.
- MACHADO, Aline Gomes; PIRES, Roberto Gondim. Identidade de gênero e suas implicações sobre a sexualidade na perspectiva de professores de Educação Física. **Motrivivência**, v. 28, n. 48, p. 360-375, 2016.
- MARCON, Amanda Nogara; PRUDÊNCIO, Luísa Evangelista Vieira; GESSER, Marivete. Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 2, p. 291-302, 2016.
- MEDEIROS DE OLIVEIRA, Rosana; DINIZ, Debora. Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco (hetero)normativo. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 1, 2014.
- OLIVEIRA, R. M. DE; DINIZ, D. Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco (hetero)normativo. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 1, p. 241–256, mar. 2014.
- PALMA, Yáskara Arrial et al. Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 727-738, 2015.
- PORTOCARRERO, Vera. Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem. **Educação & Realidade**, v. 29, n. 1, 2004.
- RIOS, Roger Raupp; SANTOS, Wederson Rufino dos. Diversidade sexual, educação e sociedade: reflexões a partir do Programa Nacional do Livro Didático. **Revista Psicologia Política**, v. 8, n. 16, p. 325-344, 2008.